



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

EM DEFESA DA LEGALIDADE DEMOCRÁTICA

Ex.mo Sr. Juiz Presidente

Ex.ma Sra. Administradora Judiciária

Ex.mas e Ex.mos Srs. Representantes das várias entidades que se fizeram representar nesta cerimónia.

Ex.mas e Ex.mos Senhoras e Senhores Magistrados Judiciais e do Ministério Público

Ex.mas Senhoras e Senhores Funcionários Judiciais

Demais presentes

Excelências

A todas e todos os Magistrados do MP que acabaram de tomar posse queria dar as boas vindas à comarca de Aveiro, designadamente àqueles que aqui chegam provindos de outras comarcas e desejar-vos as maiores felicidades nos núcleos e funções que vão desempenhar, que as mesmas vão de encontro às Vossas expectativas e nelas encontrem, mais que uma obrigação, uma fonte de realização profissional e pessoal.

Começo por agradecer a presença de todos os representantes das entidades convidadas, designadamente daquelas que trabalham em colaboração com o Ministério Público, Órgãos de Polícia Criminal, CPCJ, Reinserção Social e Serviços Prisionais, ACT, na medida em que a Vossa presença diz muito ao

1

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DE AVEIRO - COORDENAÇÃO

Palácio da Justiça, Praça Marquês de Pombal | 3814-502 Aveiro- Portugal
Tel. +351 234 405 302 - 321 | ministeriopublico.coordenador.aveiro@tribunais.org.pt



Ministério Público enquanto Magistratura de interação com a comunidade onde intervém e que necessita para o cabal e adequado exercício das suas funções de uma estreita, próxima e concertada colaboração e contactos permanentes.

Os Magistrados do Ministério Público não se podem quedar por um trabalho isolado de gabinete, mas têm de ser proactivos e serem eles os impulsionadores dessa proximidade e concertação de atuação.

Os tempos que se avizinham não são fáceis.

Retomamos os trabalhos após a entrada em vigor do movimento com seis Magistrados do MP ausentes (de um total de 77 colocados), por motivos de doença, gravidez de risco e licenças parentais, com carácter prolongado e apenas foram colocados quatro magistrados do QC. Para além disso, a falta de oficiais de justiça que já se faz sentir de forma preocupante, tenderá a agravar-se se, entretanto, não for aberto concurso externo de ingresso.

A falta de oficiais de justiça exige, de nós Magistrados, um especial cuidado, dando despachos pertinentes na economia do processo e evitando, de todo, o recurso a despachos despiciendos, desnecessários, que vão sobrecarregar ainda mais os funcionários de justiça com trabalho inútil e que poderia estar afeto ao outro efetivamente necessário.

Todos os processos exigem da parte dos Magistrados um plano de ação delineado *ab initio* e congruente e confluyente com o resultado final – a decisão, a



resolução da situação que nos é trazida, de forma a que os processos não tenham vida própria e circulem sem rumo ou direção.

As dificuldades e falta de recursos assinalados não nos devem fazer esquecer que a nossa função como Magistradas e Magistrados é a da prestação de um serviço público aos cidadãos – o serviço da justiça e que devemos procurar a gratificação da nossa atividade, no nosso empenho e no desenvolvimento dos esforços necessários a garantirmos aos cidadãos um serviço de qualidade.

Intrinsecamente e umbilicalmente associados à qualidade e, sem a qual não podemos falar efetivamente de justiça, está a necessidade de garantir uma justiça em prazo razoável, isto é, uma justiça no tempo, atempada, que resolva o problema das pessoas em tempo útil, que por tardia a resposta acabe por redundar em justiça requeitada ou já de pouca utilidade.

A esse propósito um apelo à elaboração de despachos finais, sobretudo nos arquivamentos, simples e enxutos.

Mais de noventa por cento dos despachos de arquivamento não vão ser comunicados a técnicos do direito, mas diretamente aos cidadãos (denunciantes, vítimas e arguidos), pelo que o importante nesses despachos é dar-lhes a conhecer, de forma compreensível, as diligências que foram efetuadas e uma explicação sucinta das razões pelas quais o MP não pode deduzir acusação.



Um despacho que se quer simples, mais compreensível para o cidadão do que técnico, e muito menos esdruxulo.

A comarca é extensa do ponto de vista geográfico, com vários núcleos com apenas um ou dois Magistrados do MP, mas tal não vos deve conduzir ao isolamento, mas antes sentirem-se parte de uma equipa solidária e interligada, aberta à partilha de conhecimentos e experiências.

Será perfeitamente natural que se deparem com processos ou matérias de que não têm tanta experiência ou conhecimento. O que vos peço é que não encostem esses processos, mas entrem em contacto imediatamente com os Vossos respetivos dirigentes ou mesmo comigo, para que diretamente ou colocando-vos em contacto com quem esteja em melhores condições de vos ajudar, tenham o apoio necessário à sua resolução.

O trabalho em equipa, com entreajuda, é absolutamente necessário e não revela qualquer fragilidade ou incapacidade, mas antes inteligência e empenho.

Iremos fazer alguns ajustamentos, sobretudo nas secções do DIAP e juízos criminais, com a única finalidade de evitar algum desgaste e cristalização nos lugares e adequar melhor a resposta do MP da comarca e de que discutirei convosco e vos darei conhecimento ainda antes de ser emitida a Ordem de Serviço.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

EM DEFESA DA LEGALIDADE DEMOCRÁTICA

Queria, por fim, manifestar-vos a minha total disponibilidade para que me contactem diretamente sempre que tenham questões ou o necessitem, numa relação que se quer de proximidade e de entreajuda, bem como da equipa da coordenação, José Carlos Sá e Aldina Lemos.

Termino, como comecei, desejando-vos as maiores felicidades na comarca.

MMPCC de Aveiro

Adão Carvalho